

RELIGIÕES DE MATRIZ AFRICANA NO BRASIL: ALTERNATIVAS DE AMPARO À POPULAÇÃO NEGRA

AFRICAN MATRIX RELIGIONS IN BRAZIL: ALTERNATIVES TO SUPPORT THE BLACK POPULATION

RELIGIONES DE ORIGEN AFRICANO EN BRASIL: ALTERNATIVAS PARA APOYAR LA POBLACIÓN NEGRA

Rickson Pereira¹

RESUMO

Este trabalho é produzido a partir das análises que foram feitas com base no prevaecimento da leitura de livros e artigos científicos com produções temáticas ligadas principalmente as religiosidades, racismo e psicologia. A pesquisa objetiva explorar as contribuições que instituições religiosas como o candomblé e a umbanda no Brasil podem oferecer à população negra, visto que nesse mesmo país há processos que subjetivam toda a população de modo a considerar os corpos negros e a cultura que origina desses, como sendo inferior. Em vista da lógica de ordenação social, as religiões de matriz africana resistem ao processo de desvalorização da população negra e da sua cultura que decorrem das estruturas que o racismo promove. É possível encontrar nessas instituições a preservação da cultura e religiosidade, servindo como um dispositivo de perpetuação das práticas de origem africana e que são dadas como inferior através das construções ocasionadas pelo racismo. Outra possibilidade é o favorecimento do cuidado em saúde que essas instituições proporcionam ao acolherem as pessoas através dos seus sistemas próprios de organização religiosa. Em vista dessas alternativas, as religiões de matriz africana cumprem no Brasil um papel de oposição aos efeitos do racismo.

Palavras-chave: Religiões de matriz africana; População negra; Racismo.

ABSTRACT

This work is produced from the analyzes that were made based on the prevalence of reading books and scientific articles with thematic productions linked mainly to religiosity, racism and psychology. The research aims to explore the contributions that African matrix religions in Brazil can offer to the black population, since in that same country there are processes that cause the entire population to consider black bodies and the culture that originates from them, as being less. In view of the logic of social ordering, African matrix religions origin resist the process of devaluation of the black population and its culture that result from the structures that racism promotes. It is possible to find in these institutions the preservation of culture and religiosity, serving as a device for the perpetuation of practices of African origin and which are

¹Graduado em Psicologia pelo Centro Universitário Augusto Motta. E-mail: rpereirapsi@gmail.com

considered less by the constructions caused by racism. Another possibility is to favor the health care that these institutions provide when welcoming people through their own systems of religious organization. In view of these alternatives, African matrix religions play a role in Brazil in opposing the effects of racism.

Keywords: African matrix religions; Black population; Racism

RESUMEN

Este trabajo se produce a partir de la prevalencia de la lectura de libros y artículos científicos con producciones temáticas vinculadas principalmente a la religión, el racismo y la psicología. La investigación tiene como objetivo explorar las contribuciones que las instituciones religiosas de origen africano pueden ofrecer a la población negra en Brasil, porque en ese mismo país existen procesos que llevan a toda la población a considerar los cuerpos negros y la cultura que se originó a partir de ellos como inferiores. En vista de esta lógica de ordenamiento social, las religiones de origen africano resisten el proceso de devaluación de la población negra y su cultura, que son el resultado de estructuras racistas. Es posible encontrar en estas instituciones la preservación de la cultura y la religión, siendo un dispositivo para la perpetuación de prácticas de origen africano que son entendidas como inferiores por las construcciones causadas por el racismo. Otra posibilidad es la promoción de la salud brindada por estas instituciones, mediante el apoyo a las personas a través de sus propios sistemas de organización religiosa. En vista de estas alternativas, las religiones de origen africano juegan un papel en la oposición a los efectos del racismo.

Palabras clave: Religiones de origen africano; Población negra; Racismo.

INTRODUÇÃO

No decorrer da vida muitos elementos podem ser responsáveis pelo processo de produção de subjetividades que ocorre através das relações que emergem no tecido social. As pessoas podem ser atravessadas por ideias, valores, práticas, hábitos, costumes e outras implicações. Mansano (2010) enfatiza que as circunstâncias produzem efeitos nos corpos e nas maneiras de viver, de modo que as noções que engendram o meio social cumprem papel de constituintes da subjetividade. Em virtude das experiências que cada um tem, há a possibilidade de estruturação e reestruturação, ocorrendo em interlocução com a sociedade e com o seu processo histórico. Bock, Furtado e Teixeira (2002, p. 28) definem subjetividade como:

[...] a síntese singular e individual que cada um de nós vai constituindo conforme vamos nos desenvolvendo e vivenciando as experiências da vida social e cultural; é uma síntese que nos identifica, de um lado, por ser única, e nos iguala, de outro lado, na medida em que os elementos que a constituem são experienciados no campo comum da objetividade social.

No Brasil, esses processos constituintes quando vistos sob uma ótica da população negra evidenciam discrepância se comparados a maneira como a população branca é subjetivada e como ela vivencia as suas relações nessa sociedade. A lógica de ordenação social que é propiciada pelo racismo faz com que a pessoa negra seja compreendida como inferior dentro da sociedade, que de diversos modos promove estratégias e mecanismos para reafirmar essa posição. Desse modo, este trabalho parte da afirmativa do racismo como elemento que contribui na constituição das subjetividades, o qual acaba propiciando à população negra impactos nas suas condições de vida, com afetações que vão desde a sua saúde até a desvalorização da sua cultura e religião.

Em contraposição a essa lógica que o racismo difunde, as religiões do candomblé e da umbanda, por serem instituições formadas hegemonicamente pela influência que os povos de origem africana exerceram no Brasil, promovem a valorização da cultura e das práticas religiosas africanas. De maneira que as pessoas têm a oportunidade através destas instituições, de se depararem com práticas concebidas na África e que com a sua estruturação no Brasil, foram alvos de um longo processo de desvalorização e inferiorização da população negra e do que deriva de si. É a partir disso que se busca investigar como os terreiros constituem-se como espaços de refúgio às pessoas negras, viabilizando meios de cuidado com os seus e com a cultura dos seus ancestrais.

Considerando o exposto, a aspiração de construção desta pesquisa surge a partir do somatório de visitas a um templo de Umbanda, onde foi possível observar que as pessoas após se consultarem com as entidades, saem com um semblante modificado se comparado a maneira inicial. Mais à frente, ocorreu a oportunidade de compartilhar tal percepção com um professor da graduação, surgindo o questionamento sobre a possibilidade de as religiões serem meios promotores de saúde à população e em seguida definindo o objetivo da pesquisa como o de investigar as contribuições da religiosidade para a população negra.

Religiosidade é definida por Pierucci (2010, p. 104) como “[...] aquele fenômeno religioso que habita as profundezas da alma e que ainda não pode ser chamado de religião, aquele fundo profundo que pulsa na alma da pessoa religiosa [...]”. Deste modo, a intenção inicial era que a pesquisa pudesse analisar através de uma entrevista semiestruturada e de um questionário sociodemográfico, as contribuições da religiosidade frente aos efeitos do racismo. Porém, no decorrer da caminhada, esse formato de pesquisa foi inviabilizado por conta do curto tempo e da não aprovação em primeira e segunda instância do Comitê de Ética em Pesquisa

(CEP), a Plataforma Brasil. Em virtude desse processo, enfim foi possível construir este estudo mantendo algumas das aspirações iniciais, só que com uma nova metodologia, voltada mais para uma análise teórica e busca de referências bibliográficas sobre o tema, considerando em específico as instituições religiosas do candomblé e da umbanda como uma rede de amparo, ao possibilitar a promoção de saúde nos seus terreiros, ao mesmo tempo em que conservam a cultura e práticas religiosas africana.

No que tange as minhas implicações com a temática, acabo sendo transcendido em vários aspectos, principalmente na vinculação do ser negro a outras identidades, como: ser homem, periférico, umbandista e psicólogo. Segundo Coimbra e Nascimento (2012, p. 129) “colocar em análise as implicações permite, portanto, perceber as multiplicidades, as diferenças, a potência dos encontros, sempre coletivos e a produção histórica desses mesmos objetos, sujeitos e saberes”. Sinto na alma a necessidade de fazer dessa discussão algo presente na sociedade e sobretudo impulsionar reflexões aos profissionais da psicologia, pois o racismo não só causa sofrimento psíquico, mas também é fomentador de estratégias de genocídio da população negra, através das formas como se constitui no Brasil.

Portanto, trataremos de estudar neste trabalho as possibilidades que as religiões, Candomblé e Umbanda, podem fornecer à população negra, servindo como meios de amparo em oposição às estratégias de genocídio que decorrem das estruturas racistas. Considerando genocídio como:

Recusa do direito de existência a grupos humanos inteiros, pela exterminação de seus indivíduos, desintegração de suas instituições políticas, sociais, culturais, linguísticas e de seus sentimentos nacionais e religiosos (BUENO 1963, p. 580 apud NASCIMENTO, 1978, p. 15).

Os capítulos destinados à análise teórica foram divididos de modo a relembrar o passado escravista, para em seguida refletir sobre como as estruturas racistas contribuem de maneira estratégica para o processo de inferiorização e genocídio da população negra nos dias de hoje. Logo depois, serão apresentadas discussões sobre as religiões de origem africana e as suas contribuições no que tange a preservação da cultura e promoção de saúde, se opondo a lógica estruturante e racista da sociedade brasileira. Por fim, o estudo finaliza refletindo sobre as implicações da psicologia e da sociedade no enfrentamento ao racismo e apresenta conclusões.

METODOLOGIA

A elaboração deste estudo foi feita com base na adoção de uma metodologia essencial para a instrumentalização da pesquisa, a qual foi definida como do tipo qualitativa, uma vez que “aprofunda-se no mundo dos significados das ações e relações humanas, um lado não perceptível e não captável em equações, médias e estatísticas” (MINAYO, 2002, p. 22).

No que se refere ao procedimento adotado para construir o estudo científico, configura-se como uma pesquisa bibliográfica, pois “é feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites” (FONSECA, 2002, p. 32).

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Recordando as raízes

Para compreender a lógica vigente na sociedade brasileira se faz essencial rever o passado que a fez constituir-se assim, de modo a evidenciar as origens da população negra no país após o movimento de diáspora africana, o qual Marques (2009, p.1) diz que “é o nome dado a um fenômeno caracterizado pela imigração forçada de africanos, durante o tráfico transatlântico de escravizados”. Portanto, esses povos tiveram as suas raízes em África arrancadas e vieram para o Brasil trazidos por europeus, que navegavam até o continente africano com o intuito de dominá-los, em favor dos seus interesses econômicos e políticos. Mariuzzo (2011, p. 60) descreve que “a estimativa é que, ao longo de 350 anos, tenham sido retirados da África 12,5 milhões de pessoas [...]”.

No Brasil, durante os quase quatro séculos em que a escravização existiu, as pessoas escravizadas resistiram ao sistema escravista, porém a elite não renunciava à relação de domínio que exercia sobre essas. Quando o seu poder era posto em prova através dos atos de resistência, utilizavam de meios como a violência física e psicológica para o restaurar, aproveitando da repercussão que a violência gerava como uma forma de intimidar e manter as práticas disciplinares e de governo sobre os corpos escravizados (MBEMBE, 2016).

Porém, nas últimas décadas pré-abolição, as rebeliões feitas pela população escravizada só se intensificavam. É diante desse cenário onde pairava o temor entre a elite branca de que as suas estratégias para manter o controle não fossem eficazes, junto a pressão internacional que sofriam, que ocorre a abolição da escravização. Em função desse acontecimento, no período

pós-abolição recorrem às teorias racialistas como novas formas de inferiorizar a população negra e conseqüentemente manter o poder sobre esses corpos (CFP, 2017).

Nesse momento, duas grandes correntes de pensamento se destacaram por explicar as supostas “diferenças” entre as raças, são as visões monogenista e poligenista. A visão monogenista era influenciada pelas escrituras bíblicas, onde acreditava que o ser humano teria se originado no Éden e que as suas variações fenotípicas significariam uma degeneração ou uma perfeição. Através desta perspectiva a humanidade estaria dividida com base nas suas características fenotípicas, considerando que alguns seres humanos teriam se desenvolvido mais do que outros, mediante maior ou menor proximidade da ideia de perfeição, que era a pessoa branca caucasiana. Quanto menos branca a pessoa fosse, mais degenerada era considerada, e conseqüentemente menos desenvolvida. Já a noção poligenista, tinha um forte cunho biologicista, ao julgar que a humanidade estaria dividida a partir dos fatores biológicos associados a cada raça. Essa lógica propõe que a raça negra é inferior em decorrência da superioridade dos fatores biológicos da raça branca, além de, presumirem a predisposição de alguns comportamentos com base no aparato físico-biológico. Em decorrência desses estudos raciais, surge nessa época a antropologia criminal, uma nova “ciência” que estudaria essa relação físico-biológica e a disposição das raças para alguns comportamentos (SCHWARCZ, 1993).

Ainda sobre as estratégias de oposição à população negra no país, ocorreu no final do século um investimento em políticas imigratórias, que tinham como objetivo intensificar o fluxo de estrangeiros(as) brancos(as) para o Brasil. A promulgação da Lei nº 601 de 1850 por exemplo, carregava consigo o interesse de que a vinda dessas pessoas para residir no Brasil fizesse com que o número de pessoas negras diminuísse progressivamente. A intenção latente era que ao longo dos anos ocorresse a miscigenação entre as raças e que segundo algumas explicações científicas, naturalmente as próximas gerações se embranqueceriam até que houvesse a extinção da raça negra. Sem contar que com a libertação da população escravizada, nenhuma política reparadora foi implementada e as pessoas negras libertas tiveram que disputar as oportunidades de emprego com a mão de obra dos(das) imigrantes, dessa forma restou à essa população apenas a morte ou a submissão a atividades decadentes, desqualificadas ou com risco de morte (CFP, 2017).

A maneira como as pessoas se subjetivam no Brasil, dialogam com o passado escravista, de forma que a história continua a perpetuar agravos à população negra. Em vista disso, é

importante recordar as raízes para que seja possível construir novas narrativas, sem desconsiderar as origens de toda uma população e a sua estruturação em meio a um país alicerçado por uma lógica racial de desvalorização do povo negro.

Racismo como um elemento estruturante

O racismo é um fenômeno que ao longo da história da sociedade se constituiu a partir de práticas que hierarquizavam e persistentemente continuam a classificar a diversidade humana, tendo como justificativa para tal processo as singelas diferenças características presentes entre a população. Sobre esse fenômeno, Almeida (2018, p. 25) faz algumas considerações ao dizer que “[...] o racismo é uma forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento, e que se manifesta por meio de práticas conscientes ou inconscientes que culminam em desvantagens ou privilégios para indivíduos [...]”. Quando se trata do Brasil, o racismo não é um fenômeno diferente, ele é um dos elementos estruturantes das relações que compõem a sociedade, utilizando uma concepção da humanidade dividida em raças para justificar a sua organização sistemática.

Com o passar dos séculos essa noção de raça foi desmistificada pela ciência, sendo constatado que marcadores genéticos presentes nas pessoas consideradas brancas também estão presentes nas pessoas consideradas negras. Em vista disso, é impossível afirmar a existência de raças puramente biológicas, pois, não existem marcadores genéticos o suficiente para validar essa diferença entre as raças. Portanto, essas classificações que o conceito de raça propõe só servem como aporte para a discriminação em direção aos seres humanos que são vistos como pertencentes à raça negra. O que se pode afirmar com precisão é que raça é uma construção meramente social e que serve de base para que o racismo opere nas relações cotidianas (MUNANGA, 2004).

As pessoas vivem em uma sociedade onde se reproduz uma imagem da população negra completamente marcada por estereótipos que foram construídos ao longo da história, atuando em prol da formação de preconceitos em relação a esse grupo racial e que podem ocasionar em várias formas de discriminação. A construção e manutenção desses estereótipos são coisas que fazem parte do processo de subjetivação que as pessoas vivem, tendo em vista a vida em uma sociedade da qual o racismo é um elemento estruturador das relações.

Como consequência dessas estruturas a população negra acaba sendo afetada, de modo a sofrer efeitos psicológicos, sociais e econômicos que se desdobram ao longo da sua vida. Em

geral, estão atrelados à essa população: falta de acesso à saúde e educação, condições precárias de habitação, salários inferiores, baixos níveis de qualificação profissional, dificuldades de acesso a bens e serviços, altos níveis de genocídio e suicídio, pessoas em situação de rua e entre outras questões. De acordo com Mbembe (2016), existe uma lógica de poder instaurada na sociedade, que possibilita que algumas pessoas que compõem a população brasileira vivam em detrimento da vida de outras, existindo políticas estabelecidas por parte do Estado que fazem com que algumas pessoas tenham a possibilidade de viver, e outras que se opõem aos interesses políticos e sociais, não tenham condições de viver e acabem morrendo.

O modo como essa necropolítica opera acaba resultando no genocídio da população negra, a mesma população que teve os(as) seus(suas) ancestrais escravizados(as) e libertos(as) sem nenhuma política reparadora, e que incessantemente é afetada por novos meios de extermínio dos(das) seus(suas). Ainda segundo Mbembe (2016), as estratégias de genocídio da população negra colocam em voga não apenas a exterminação das pessoas negras, mas também a sua cultura, língua, religião e outros objetos. Considera-se o genocídio da população negra um fenômeno categórico, uma vez que a partir do momento em que a raça negra é considerada como uma raça inferior, estratégias sistemáticas são traçadas para que o seu extermínio possa acontecer e em razão disso, muitas esferas da sua vida são afetadas.

Religião, Sociedade e Cultura

As publicações envolvendo a temática religião têm crescido exponencialmente, atentando-se aos potenciais efeitos que podem acontecer através da influência que a religião exerce na vida das pessoas, bem como ao fato de que a religião pode ser considerada como um fenômeno inerente à existência humana, uma vez que todas as sociedades possuem formas diferentes de estabelecer crenças em um poder superior, construindo diversas formas de se relacionar com essas. Acerca disso, Dalgarrondo (2008) retoma Durkheim ao dizer que a religião pode ser entendida como um sistema formado pelo conjunto de práticas e representações coletivas de natureza sagrada. A religião se caracteriza pelo aglomerado de crenças e práticas específicas a cada instituição religiosa, que une os(as) seus(suas) adeptos(as) a uma mesma comunidade moral (DURKHEIM, 1978, apud DALGALARRONDO, 2008).

No Brasil, constata-se a presença de religiões sistematicamente organizadas de maneiras distintas, sendo inúmeras as formas de se conceber crenças e práticas religiosas nesse país. Em um Censo realizado pelo IBGE, verifica-se o crescimento da aderência da população brasileira

às religiões, aproximadamente 64,6% da população se declarou católica, 22,2% evangélica, 8% sem religião, 2% espírita e 0,3% umbandista ou candomblecista. Tendo uma margem de variação de 2,9%. Além disso, mais da metade da população total se declarou parda ou preta, havendo na umbanda e no candomblé uma maior representatividade de pessoas pretas (IBGE, 2010).

Os que os dados acima exibem é que mais da metade da população brasileira, se declara como preta ou parda e seguindo a lógica de ordenação do IBGE, viriam a compor o grupo racial negro. Porém, quando analisados os dados com relação a aderência das pessoas às religiões, percebe-se que a umbanda e o candomblé, que são religiões que sofrem influência de origens africanas, são as que têm menos aderência.

Avaliando essa exposição, é possível refletir sobre os efeitos das estratégias de embranquecimento da população brasileira, que foram implementadas originalmente com a crença na miscigenação. Ressalta-se que tais estratégias de embranquecimento não se restringem apenas no embranquecer dos corpos biológicos, mas também no embranquecimento da subjetividade negra. Essa influência na constituição das pessoas negras, além de produzir na medida do possível uma negação da sua pele preta, faz com que seja invisibilizada uma aproximação ou conhecimento de toda a sua origem ancestral e o que deriva do seu povo.

Ao haver uma estruturação da sociedade, que se ordena de modo a permanecer inferiorizando a população negra, isso tem ocasionado de maneira progressiva no genocídio não só dos corpos físicos do povo negro, uma vez que estratégias de extermínio desses corpos negros são lançadas, mas também no genocídio da sua cultura, história, memória, linguagem, bem como de suas práticas religiosas. É diante dessas circunstâncias, que as religiões de origem africana tendem a ser não só as com os menores índices de aderência, mas também as religiões que sofrem um longo processo de demonização dos seus elementos constituintes.

Opondo-se a essa lógica de depreciação, propõe-se uma breve apresentação do que realmente são as religiões de origem africana e de como essas podem ser uma forma de combate ao genocídio da população negra, resguardando a cultura e práticas religiosas através dos terreiros e ao oferecer mecanismos de cuidado.

Antes do período de escravização no Brasil, a população africana vivia em países e estados diferentes do continente africano. Com base na região em que vivessem, eram divididos em grupos étnicos. Os principais são: Iorubas ou Nagôs, Bantus e Guineanos-Sudaneses Muçulmanos. Cada um desses grupos étnicos possuía línguas próprias e cultuava a deuses

diferentes. Desse modo, com a chegada desses povos no Brasil, houve muitas interações entre as culturas desses grupos com a cultura dos(das) índios(as) e dos(das) portugueses. A partir dos convívios iniciais entre os bantus e os(as) índios(as), surgem as primeiras expressões do candomblé, que eram conhecidas como calunduns, e progressivamente com a chegada dos demais povos, as estruturas religiosas já organizadas iam sendo acrescidas dos elementos que os outros grupos étnicos traziam da sua tradição (PRISCO, 2012).

Portanto, as práticas religiosas do candomblé representam uma forma de preservação da integração cultural desses grupos étnicos, conservando as tradições religiosas dos povos que viveram no Brasil, durante o período da escravização. Etimologicamente, a palavra candomblé deriva-se da língua Bantu, significando “lugar de costume dos negros”, ou seja, essa organização religiosa ao reunir músicas, comidas, danças, idiomas, costumes, hierarquias/organizações internas etc., acaba sendo uma forma de resistência cultural e preservação dos povos de origem africana.

Tal percurso não é muito diferente na umbanda, essa religião sincretiza vários elementos de outras práticas religiosas, tais como o catolicismo, o espiritismo, a religiosidade indígena, as africanas e outras (PRISCO, 2012). Inclusive, durante o período de escravização no Brasil, a ideia de fundir os elementos da religiosidade africana aos do catolicismo foi uma das estratégias que a população escravizada teve para continuar exercendo a sua fé sem sofrer opressão. Romão (2018, p. 364) diz que “os negros foram assimilando cada vez mais a cultura brasileira e a religiosidade dos portugueses, e assim foram descobrindo como poderiam empregar os nomes dos santos católicos, para na verdade cultuarem suas divindades ancestrais.”

Portanto, as manifestações religiosas presentes nos terreiros de Candomblé ou Umbanda, são formas genuínas de oposição a lógica de desintegração da cultura e das práticas religiosas que objetivam as estratégias de genocídio ao grupo étnico-racial negro. É possível inferir que essas instituições religiosas, ao possuírem elementos estruturantes de origem africana, tem cumprido um papel de extrema importância na sociedade brasileira, mesmo que sejam essas instituições as com menor visibilidade e aderência, o que facilmente pode ser explicado por determinações sociais. Tais religiões são expressões de resistência e afirmação da cultura africana e do povo negro no Brasil.

Religião e Saúde

No item anterior, as religiões de origem africana foram pensadas como formas oportunas de oposição às estratégias de genocídio da população negra, considerando as tentativas de desintegração destas práticas religiosas e culturais. Agora é relevante ampliar a reflexão em prol da relação que a religião pode ter com a saúde, podendo contribuir como mais uma forma de combate.

Ao longo dos anos, a compreensão a respeito da palavra saúde passou por uma série de transformações, de modo a ampliar a sua definição para uma visão onde é possível compreender o ser humano como um ser biológico, psicológico, social e espiritual. Essa compreensão se opõe a uma lógica de atenção e cuidado em saúde, voltada apenas para a ausência de doenças e cura, considerando a saúde como um processo multideterminante, uma vez que a vida não se reduz em apenas uma dimensão (LUZ, 2009). Logo, as religiões de matriz africana promovem o cuidado com uma das esferas que compõem a existência humana, também considerando essa como importante na determinação da saúde das pessoas negras.

A partir dessa perspectiva, as práticas religiosas propiciadas pelas instituições de matriz africana podem ser consideradas como uma das formas de cuidado em saúde. Alves e Seminotti (2009, p. 88) dizem que “No terreiro são produzidas práticas terapêuticas com ações de prevenção e promoção da saúde fundamentadas em uma cosmologia que integra o mundo físico e o espiritual”.

Uma das alternativas de cuidado presente nos terreiros passa pela oportunidade de as pessoas se consultarem com médiuns, que ao incorporarem entidades superiores, se propõem a acolher qualquer que seja a questão dessa pessoa, dispondo de energias sobrenaturais e diálogos que propiciam cuidados as que se consultam, a partir de uma conexão entre ambos os mundos. Garcia (2016, p. 252) cita algumas das outras práticas complementares que são usadas nos terreiros, “[...] para o reequilíbrio das pessoas e alguns deles serão relacionados a seguir: o jogo de búzios, os ebós, o bori, as iniciações, o uso das folhas, ervas raízes e flores, os banhos, as benzeduras, as beberagens, o aconselhamento etc.” Dessa forma, há um universo de possibilidades dentro dos terreiros de umbanda e candomblé, servindo como uma forma de amparo à população negra no que diz respeito aos aspectos de saúde. Ainda sobre as instituições religiosas e suas práticas, Alves e Seminotti (2009, p. 88) ressaltam aspectos importantes:

O terreiro, com suas regras e valores, possibilita a construção de relações coletivas e interpessoais na busca pela escuta, cuidado e acolhimento do outro, o que, por semelhanças e

diferenças, remete à Política Nacional de Humanização do SUS e a uma de suas diretrizes de relevância “ética/estética/política”, o acolhimento.

Analisada a realidade da sociedade brasileira no que tange aos aspectos de saúde, “de acordo com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), em 2008, a população negra representava 67% do público total atendido pelo SUS” (Brasil, 2017, p. 13), ou seja, mais da metade da população do país é negra e depende do sistema de saúde pública. Porém, esses serviços muitas vezes acabam sendo precários e conseqüentemente faltam com o compromisso em garantir atenção à saúde de maneira universal e equânime, assim, sancionado mais uma das estratégias de genocídio às pessoas negras ao negar os cuidados necessários com várias dimensões da vida dessas pessoas.

Diante dessas estratégias, a população negra ao buscar o Candomblé ou a Umbanda, podem encontrar nesses espaços não só a presença de uma organização cultural e religiosa que remete as suas origens africanas, mas também um espaço promotor de uma rede de amparo e cuidados com a saúde dessa população. Por conseguinte, ocorre uma valorização do ser negro(a), contribuindo para que as pessoas possam se reconhecer como negras e que vivam essa sua negritude de modo a se oporem as lógicas de estruturação da sociedade. Cabe ressaltar o empoderamento que essas instituições promovem, Kleba e Wendausen (2009, p.736) dizem que “significa aumento do poder, da autonomia pessoal e coletiva de indivíduos e grupos sociais nas relações interpessoais e institucionais, principalmente daqueles submetidos às relações de opressão, discriminação e dominação social”.

Assim, sabendo que a população negra sofre efeitos psicossociais em decorrência do racismo, e que esses efeitos podem ocasionar em intenso sofrimento e outros impactos nocivos na vida destes sujeitos, Dalgarrondo (2008, p. 16) diz que:

Há certo consenso entre cientistas sociais, filósofos e psicólogos sociais de que a religião é uma importante instância de significação e ordenação da vida, de seus reveses e sofrimentos. [...] defendendo que ela deva ser considerada um objeto privilegiado na interlocução com a saúde [...].

Murakami e Campos (2012) concluem que através da fé que as pessoas depositam na religião, tendem a sentir-se mais fortes para enfrentar as dificuldades da vida e continuar a lutar pela sua sobrevivência. As religiões aqui citadas, assim podem significar uma válvula de

escape, em vista da eficácia dos efeitos violentos que o racismo tem fomentado por anos à toda essa população.

Psicologia e implicações na luta antirracismo

Durante anos a psicologia no Brasil contribuiu para que o racismo continuasse a ser perpetuado, através da produção de um conhecimento científico influenciado pelas noções eurocêntricas universalistas e discriminatórias. Essas produções fundamentaram as intervenções postas em práticas por algum tempo, concebendo uma noção de subjetividade que não compreendia as questões da população negra brasileira e os seus processos de subjetivação, que são diferentes da pessoa branca, ainda mais em um país que tem em seu passado um processo de escravização (CFP, 2017).

Veiga (2019) reafirma que fenômenos como o racismo, machismo, LGBTQfobia são resultantes de uma sociedade colonizada e que dividem os corpos a partir das marcas que carregam consigo, propiciando dessa forma um lado que violenta e o outro que é vítima dessa violência. Portanto, se fez necessário à psicologia descolonizar as suas teorias e práticas, de modo a oportunizar uma ciência que considere a subjetividade humana, como resultante de práticas históricas e sociais locais, que contribuem para a sua constituição, de maneira que a população negra não seja invisibilizada.

Em vista disso, nos últimos anos há um empenho da psicologia em desenvolver estudos científicos sobre essas questões, inaugurando no final do século XX a produção de novos conhecimentos sobre estas temáticas étnico-raciais, que foram levantadas pelos movimentos da população negra. Ganham destaque a partir desse momento, a criação de uma Comissão Nacional de Direitos Humanos pelo CFP, que viabiliza o diálogo sobre as questões que cernem à população negra, a publicação um documento com referências técnicas para atuação profissional, produzido pelo Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas e a resolução do CFP nº 018/2002, estabelecendo normas em relação ao preconceito e à discriminação racial.

Ainda que se tenha avançado a teoria e a prática profissional, Veiga (2019) atenta-se para a análise dos currículos de psicologia nas universidades brasileiras, onde ainda há uma forte presença de autores majoritariamente brancos, o que acabaria hegemonizando os estudos em torno da subjetividade branca e continuando a perpetuar a lógica racial de inferiorização. Uma vez que os processos que subjetivam a população negra não têm o enfoque necessário,

os(as) profissionais que se formam na área acabam não tendo respaldos teóricos e técnicos para acolherem pessoas que tragam à tona questões étnico-raciais.

Faz-se necessário a psicologia continuar a promover e incluir conhecimentos acerca dessas questões, para que se tenha uma discussão e compreensão prudente sobre os fatores que contribuem para as condições de vida da população negra. E que a psicologia, enquanto uma ciência que se propõe em estudar os processos subjetivos, considerando os aspectos cognitivos, comportamentais e sociais como contribuintes, que possa se posicionar de modo a colaborar para a reversão do seu passado e eliminação das formas de violência e opressão. Tal posicionamento encontra-se alinhando segundo dois dos princípios fundamentais do Código de Ética Profissional do Psicólogo. São eles indicados pelo Conselho Federal de Psicologia (2005, p. 10):

II. O psicólogo trabalhará visando promover a saúde e a qualidade de vida das pessoas e das coletividades e contribuirá para a eliminação de quaisquer formas de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

III. O psicólogo atuará com responsabilidade social, analisando crítica e historicamente a realidade política, econômica, social e cultural.

Somente considerando os princípios fundamentais da profissão e dialogando a partir de referenciais que considerem o todo, que será possível formar profissionais minimamente preparados(as) para lidarem com a subjetividade da pessoa negra e as múltiplas formas de discriminação e sofrimento que a população negra vive em uma sociedade racista. Por isso, cabe a Psicologia “[...] fornecer elementos para uma leitura crítica da realidade que permita formular e subsidiar as práticas interventivas.” (CFP, 2017, p. 106) De modo que todas possam ser acolhidos(as) e amparados(as) no exercício profissional dos(as) psicólogos(as).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando as análises apresentadas, espera-se que o desenvolvimento deste estudo seja capaz de possibilitar uma reflexão sobre as formas de subjetivação ao longo de cada trajetória, pois é através da relação dialética que as vidas estabelecem com a sociedade, que essas são tocadas, de modo a construir e reconstruir os seus entendimentos sobre o viver. Dessa maneira, crescer em uma sociedade onde o racismo exerce papel ativo na construção de relações hierarquizadas acaba produzindo privilégios à população branca em detrimento da população negra. Porém, somente com a conscientização e a produção de conhecimentos acerca desta

temática será possível caminhar em direção a uma sociedade mais equânime. Se torna necessário reconhecer os impactos que esse fenômeno social causa, para tencionar ações efetivas à população negra.

Em contraposição aos impactos que o racismo causa, buscou-se a compreensão de como as religiões de matriz africana têm exercido no Brasil um papel de notoriedade à cultura religiosa da população africana, ao conceber em seus terreiros práticas que são influenciadas pelos povos que originaram mais da metade da população brasileira. Ainda que nos dias de hoje tais práticas passem por processos que distorcem a realidade presente nos terreiros, que é a de valorização da cultura africana e oportunização de uma rede de cuidados, torna-se fundamental afirmar o candomblé e a umbanda como instituições religiosas que oferecem alternativas de amparo à população negra. Pois ao conter elementos de origem africana, resguardam a cultura e religião dos(das) ancestrais da população negra, fazendo valer a sua preservação em contraposição a lógica de genocídio, além de ocasionarem em cuidados com a saúde da população negra, afetada em decorrência dos efeitos do racismo e invisibilizada por uma necropolítica.

Em razão desse trabalho, que a comunidade acadêmica possa investir em estudos que objetivem a geração de mais conhecimentos sobre as potencialidades que as religiões de matriz africana desempenham aos(as) seus(suas) adeptos(as), de modo que esses conhecimentos possam servir para o despertar da população brasileira, em prol de uma oposição das lógicas que os fazem acreditar que a população negra e tudo o que vem dela é inferior. E que os conhecimentos expostos aqui sirvam de estímulo para que a população possa pensar saúde para além das práticas da medicina tradicional.

Para os(as) acadêmicos(as) e profissionais da psicologia, que esses(as) estejam atentos(as) aos diferentes determinantes que contribuem de maneira muito singular para a formação de cada indivíduo que compõe a população brasileira. Se tornando essencial descolonizar os conhecimentos, de modo a examinar os fatores históricos e sociais que constituem a vida destas pessoas no Brasil, tão somente assim conseguirá objetivar uma prática profissional que se oponha às implicações que o racismo causa na vida dessa população.

REFERÊNCIAS

ABRAMOWICZ, A.; RODRIGUES, T. C. Descolonizando as pesquisas com crianças e três obstáculos. **Educ. Soc.**, v. 35 (127), p. 461-474, 2014. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302014000200007&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 19 jun. 2020.

ALMEIDA, S. L. de. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte: Letramento, 2018.

ALVES, M. C.; SEMINOTTI, N. Atenção à saúde em uma comunidade tradicional de terreiro. **Rev. Saúde Pública**, v. 43 (1), p. 85-91, 2009. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-89102009000800013&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 18 maio 2020.

BOCK, A. M. B.; FURTADO, O.; TEIXEIRA, M. de L. T. **Psicologias**: uma introdução ao estudo da psicologia. 13. ed. São Paulo: Saraiva, 2002.

BRASIL. **Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850**. Dispõe sobre as terras devolutas do Império. Coleção das Leis do Império. Tomo XI, parte I. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1850. p.307.

BRASIL. **Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990**. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 20 set. 1990. p. 18055.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Política nacional de saúde integral da população negra**: Uma política do SUS. 3. ed. Brasília, DF, 2017.

CFP. **Relações Raciais**: Referências Técnicas para atuação de psicólogas/os. Brasília, CFP, 2017.

CFP. Resolução CFP nº 010/2005. Código de Ética Profissional do Psicólogo, XIII Plenário. Brasília, CFP, 2005.

COIMBA, C; NASCIMENTO, M. L. do. **Implicar**. In: FONSECA, T. G.; NASCIMENTO, M. L. do; MARASCHIN, C. (org.). Pesquisar na diferença: um abecedário. Porto Alegre: Sulina, 2012, p. 129-131.

DALGALARRONDO, P. **Religião, Psicopatologia e Saúde Mental**. 1. ed. São Paulo: Artmed, 2008.

FONSECA, J. J. S. da. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002.

GARCIA, C. de P. Saúde e doenças na religião de matrizes africanas. **Fragmentos de Cultura**, v. 26 (2), p. 249-259, jun. 2016. Disponível em: <http://seer.pucgoias.edu.br/index.php/fragmentos/article/viewFile/4899/2747>. Acesso em: 18 maio 2020.

IBGE. **Censo 2010**: número de católicos cai e aumenta o de evangélicos, espíritas e sem religião, 2010. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/noticias-censo?id=3&idnoticia=2170&view=noticia>. Acesso em: 19 maio 2020.

KLEBA, M. E.; WENDAUSEN, A. Empoderamento: processo de fortalecimento dos sujeitos nos espaços de participação social e democratização política. **Saude Soc.**, v. 18, n. 4, p. 733-743, 2009. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12902009000400016&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 26 maio 2020.

LUZ, M. T. Saúde. In: PEREIRA, I. B.; LIMA, J. C. F. (org.). **Dicionário de Educação Profissional**. 2. ed. Rio de Janeiro: EPSJV, 2008.

MANSANO, S. R. V. Sujeito, subjetividade e modos de subjetivação na contemporaneidade. **Revista de Psicologia da UNESP**, v. 8 (2), p. 110-117, 2010. Disponível em: <http://seer.assis.unesp.br/index.php/psicologia/article/view/946>. Acesso em: 19 maio 2020.

MARIUZZO, P. Atlas do comércio transatlântico de escravos. **Cienc. Cult.**, v. 63 (1), p. 59-61, 2011. Disponível em: http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252011000100021&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 3 maio 2020.

MARQUES, L. L. **Diáspora africana, você sabe o que é?** Palmares, 2019. Disponível em: <http://www.palmares.gov.br/?p=53464>. Acesso em: 18 maio 2020.

MBEMBE, A. Necropolítica: biopoder soberania estado de exceção política da morte. **Arte & Ensaio**, v. 32, p. 123-151, 2016. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/ae/article/download/8993/7169>. Acesso em: 7 abr. 2020.

MINAYO, M. C. S. (org.). **Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade**. 21. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

MUNANGA, K. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. In: BRANDÃO, A. (org.). **Programa de educação sobre o negro na sociedade brasileira**. Niterói: UFF, 2004.

MURAKAMI, R.; CAMPOS, C. J. G. Religião e saúde mental: desafio de integrar a religiosidade ao cuidado com o paciente. **Rev. bras. enferm.**, v. 65 (2), p. 361-367, 2012. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-71672012000200024&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 3 maio 2020.

NASCIMENTO, A. **O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado**. Prefácio. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

PIERUCCI, A. F. SIMMEL, G. Religião – ensaios, v. 1. São Paulo: Olho d'Água, 2010. **Revista de Estudos da Religião**, dez. 2010. Disponível em: https://www.pucsp.br/rever/rv4_2010/r_pierucci.pdf. Acesso em: 19 maio 2019.

PRISCO, C. S. **As religiões de matriz africana e a escola - Guardiãs da Herança cultural, memória e tradição africana**. São Paulo: Ilê Asé e Instituto Oromilade, 2012.

ROMAO, T. L. C. Sincretismo religioso como estratégia de sobrevivência transnacional e translacional: divindades africanas e santos católicos em tradução. **Trab. linguist. apl.**, v. 57

Revista de Extensão da UNIVASF, Petrolina, volume suplementar, n. 2, p. 131-148, 2021.

(1), p. 353-381, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/tla/v57n1/0103-1813-tla-57-01-0353.pdf>. Acesso em: 27 maio 2020.

SCHWARCZ, L. M. O Espetáculo das Raças. Cientistas, Instituições e Pensamento Racial no Brasil: 1870-1930. São Paulo, Companhia das Letras, 1993.

VEIGA, L. M. Descolonizando a psicologia: notas para uma Psicologia Preta. **Rev. Psicol.**, v. 31 (n. esp.), p. 244-248, 2019. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-02922019000600244&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 3 maio 2020.

Artigo recebido em: 31 de julho de 2020.

Artigo aprovado em: 2 de setembro de 2021.